



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA**

- 1. Processo nº:** 4247/2015
2. Classe de Assunto: Prestação de Contas
2.1. Assunto: Prestação de Contas Consolidadas - Exercício de 2014
3. Responsáveis: Paulo Sergio Torres Fernandes – Gestor;
Luciolla Di Paulla Farias de Alencar Bittencourt – Controle Interno e Diego Henrique Pires Oliveira Costa Castro – Contador
4. Origem: Prefeitura Municipal de Conceição do Tocantins
5. Relator: Conselheiro Alberto Sevilha
6. MPCjTCE: Não atuou
7. Advogado Constituído: Não atuou

8. Parecer nº 174/2016

8.1. Tratam os autos da **Prestação de Contas Anuais Consolidadas - Exercício de 2014**, onde figura o **Sr. Paulo Sergio Torres Fernandes**, gestor a época, para fins de julgamento por esta Corte de Contas, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Estadual nº 1.284, de 17.12.2001, e Instrução Normativa - TCE nº TCE nº 006, de 15 de outubro de 2009.

8.2. Autuada neste Tribunal, **dentro** do prazo legal, a prestação de contas anual foi analisada pela 6ª Diretoria de Controle Externo - DCE, cujo Relatório de Análise de Prestação de Contas apresenta de forma analítica a situação das referidas contas, sendo enumeradas todas as irregularidades apuradas. A referida prestação de contas foi protocolada neste Tribunal em 15/04/2014.

8.3. O responsável foi regularmente citado para se manifestar por determinação do Relator, mediante Despacho nº 1058/2015, e Citações nºs 2923, 2925 e 2927/2015/RELT6-CODIL aos responsáveis, através do SICOP – Sistema de Comunicação Processual (IN 01/2012). Os citados não apresentaram suas alegações de defesa, sendo considerados revéis, conforme Certificado de Revelia nº 038/2016.

8.4. É o relatório, em síntese.

9. ASPECTOS CONTÁBEIS

9.1. Composição do Orçamento - LOA

9.1.1. A prestação de contas do Gestor acima identificado foi analisada em seus aspectos contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional, observados os princípios que regem a administração pública e aos quais se subordinam seus agentes, consoante dispõem a Constituição Federal, em seus artigos 37, 70 e 71, a Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, e a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, além de outros atos normativos que regulamentam a gestão pública e respectiva prestação de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA

9.1.2. Tendo em vista, que o Balanço Geral é consolidação das contas mensais do exercício, tanto do ponto de vista orçamentário, financeiro, contábil, administrativo, gerencial e operacional, a prestação de contas em exame encontra-se tecnicamente e contabilmente consolidada.

9.1.3. A Lei Municipal nº 397/2013, aprovou o Orçamento Geral do Município para o exercício de 2014, estimando as Receitas e fixando as Despesas no valor de R\$10.292.000,00 e, ainda, ficou autorizado aos Poderes Executivos abrir créditos suplementares até o limite de 90% sobre o total da despesa nela fixada, utilizando como recursos a anulação de dotações do próprio orçamento, excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, e o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

9.1.4. Os créditos orçamentários, inicialmente autorizados, sofreram alterações no decorrer do presente exercício ficando assim demonstrados:

Descrição	Valor R\$
Orçamento Inicial	10.292.000,00
Créditos Suplementares	6.822.119,23
Créditos Especiais Extraordinários	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Reduções	(6.634.551,37)
Total dos Créditos Orçamentários	10.479.567,86

Fonte: Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Exercício de 2014 e Lei 091/2013 - SICAP

9.1.5. O Orçamento foi alterado através de abertura de Créditos Suplementares no valor de R\$6.822.119,23, representando 66,29% das despesas fixadas no orçamento, **estando dentro** o percentual estabelecido na LOA, em desacordo com art. 167, V da Constituição Federal.

9.2. Balanço Orçamentário

9.2.1. O Balanço Orçamentário foi consolidado com todos os órgãos da Administração Direta, Indireta e Poder Legislativo do Município referente ao exercício de 2014.

9.2.2. Do ponto de vista orçamentário, consta no demonstrativo contábil as receitas previstas em confronto com as receitas realizadas e as despesas fixadas com as despesas executadas, conforme determina o art. 101 e 102 da Lei Federal 4.320/64¹, apresentou-se da seguinte forma:

RECEITAS		
PREVISÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
10.292.000,00	10.292.000,00	8.741.614,50
DÉFICIT ORÇAMENTARIO		173.942,34
Superávit Financeiro de Exercícios anteriores		187.567,86

Fonte: fl. 05/06, Anexo 12

¹ Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos 12, 13, 14 e 15 e quadros demonstrativos constantes dos Anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA

9.2.3. O saldo acima apresentado está informado nos valores líquidos, ou seja, já está com as deduções das receitas.

DESPESAS					
DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMPENHADA	DESP. LIQUID.	DESP. PAGA	SALDO
10.292.000,00	10.479.567,86	8.915.556,84	8.895.656,84	8.413.591,82	1.564.011,02
SUPERAVIT ORÇAMENT.		0,00			

Fonte: fl. 05/06, Anexo 12

9.2.4. De acordo com a Portaria STN n° 437/2012, valido a partir de 2013, e Portaria Conjunta n° 02 de 13 de junho de 2012, art. 5°, a despesa e receita orçamentaria serão registradas conforme os procedimentos legais estabelecidos para registro orçamentários, sem prejuízos do disposto nos incisos XVIII e XXVIII do art. 7° do Decreto n° 6.976/2009², que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e disponibilizar estatística fiscais do setor público consolidado, em consonância com os padrões e as regras estabelecidas nos acordos e convênios internacionais de que a União faz parte. Portanto de acordo com os novos procedimentos, deve ser analisado os quocientes do Balanço Orçamentário quanto a receita e despesa.

1. Quociente do Equilíbrio Orçamentário:

$$\frac{\text{PIR (Previsão Inicial da Receita)}}{\text{DID (Dotação Inicial da despesa)}} = \frac{10.292.000,00}{10.292.000,00} = 1,00$$

$$\frac{\text{PIR (Previsão Inicial da Receita)}}{\text{DID (Dotação Inicial da despesa)}} = \frac{10.292.000,00}{10.292.000,00} = 1,00$$

9.2.5. Conforme demonstrado, observa-se que houve um **equilíbrio** no trabalho de previsão da receita com a dotação inicial da despesa, para cada R\$1,00 de despesa, há prevista R\$1,00 de receita, o que resultará em resultado de desequilíbrio orçamentário.

2. Quociente de execução da receita:

$$\frac{\text{RR (Receita realizada)}}{\text{PIR (Previsão inicial da receita)}} = \frac{8.741.614,50}{10.292.000,00} \times 100 = 84,94\%$$

$$\frac{\text{RR (Receita realizada)}}{\text{PIR (Previsão inicial da receita)}} = \frac{8.741.614,50}{10.292.000,00} \times 100 = 84,94\%$$

9.2.6. De acordo com a análise realizada, verifica-se uma insuficiência de arrecadação em relação a receita inicial prevista de 15,06%.

3. Quociente de desempenho da arrecadação:

² XVIII - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos contábeis com vistas a dar condições para a produção, sistematização, disponibilização das estatísticas fiscais do setor público consolidado, em consonância com os padrões e regras estabelecidas nos acordos e convênios internacionais de que a União for parte;

XXVIII - editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas aplicado ao setor público, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA**

$$\begin{array}{l} \text{RR (Receita realizada)} \\ \hline \text{PAR (Previsão Atualizada da receita)} \end{array} = \frac{8.741.614,50}{10.292.000,00} \times 100 = 84,94\%$$

9.2.7. O índice de insuficiência de arrecadação permanece quando analisado sobre a dotação atualizada da receita.

4. Quociente de execução de despesa:

$$\begin{array}{l} \text{DE (Despesa Executada/ Liquidada)} \\ \hline \text{DAD (Dotação Atualizada da Despesa)} \end{array} = \frac{8.895.656,84}{10.479.567,86} \times 100 = 84,88\%$$

9.2.9. Observa-se nesse índice que em relação a dotação atualizada da despesa em relação as despesas executadas efetivamente, nesse caso as liquidadas, o índice de utilização foi de 84,88%, nesse contexto indicando um adequado planejamento em sua execução.

5. Quociente do resultado orçamentário:

$$\begin{array}{l} \text{RR (Receita Realizada)} \\ \hline \text{DE (Dotação Empenhada)} \end{array} = \frac{8.741.614,50}{8.895.656,84} \times 100 = 98,27\%$$

9.2.10. Através desse quociente, podemos afirmar que o órgão obteve **um déficit orçamentário de 1,73%**, ou em valores monetários de R\$187.567,86, não atendendo ao art. 1º, § 1º e 4º, I, “a”, da Lei Complementar 101/2000 c/c ao art. 48, “b” da Lei Federal nº 4.320/64. Ressalto que o cálculo aqui apresentado diverge do que está apresentado no Balanço Orçamentário, pois não pode ser considerado para fins de cálculo do superávit ou déficit o valor do superávit financeiro do exercício anterior, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria Tesouro Nacional (STN).

9.3. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

9.3.1. Balanço Financeiro

9.3.1.1. Neste demonstrativo contábil são apresentadas as receitas orçamentárias, segundo as categorias econômicas (correntes e de capital), e as despesas orçamentárias, de acordo com as funções de governo, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, complementados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. É a situação financeira líquida.

9.3.1.2. O documento de fls. 07/08 (arq. Relatoriodecontas-28) nos evidencia as receitas realizadas: transferências ou arrecadação direta para o exercício R\$8.741.614,50,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA

ingressos extra orçamentária R\$1.516.670,25 e valor do exercício anterior R\$1.016.881,03, totalizando R\$11.275.165,78.

9.3.1.3. As despesas orçamentárias do exercício foram de R\$8.915.556,84; R\$1.165.796,51 de despesas extras orçamentárias, remanescendo saldo para o exercício seguinte de R\$1.193.812,43, totalizando R\$11.275.165,78.

9.3.2. Balanço Patrimonial

9.3.2.1. Em síntese, a situação econômica e financeira da entidade ao final do exercício demonstrando, de um lado – *na coluna do Ativo* –, os saldos das contas representativas dos *bens e direitos*, e do outro lado – *na coluna do Passivo* –, os saldos das contas representativas de *compromissos assumidos com terceiros e do saldo patrimonial positivo*, ou seja, do patrimônio líquido da instituição pública que, em caso de saldo positivo evidencia *Ativo Real Líquido*, e em caso de saldo negativo evidencia *Passivo Real Líquido*.

9.3.2.2. O demonstrativo contábil evidencia o Balanço Patrimonial da seguinte maneira:

ATIVO	Valor R\$	PASSIVO	Valor R\$
Ativo Circulante	1.317.520,17	Passivo Circulante	603.274,57
Ativo não Circulante	1.434.283,55	Passivo não Circulante	1.815.543,48
		Total do Passivo	2.418.818,05
		Patrimônio Líquido	332.985,67
Total do Ativo	2.751.803,72	Total	2.751.803,72

Fonte: fls. 09/12 do arq. Relatoriodecontas-28pdf

9.3.2.3. Quanto ao demonstrativo contábil acima representado cabe algumas considerações de acordo com a **5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, já que foi alterada toda a sua estrutura, facilitando o entendimento do demonstrativo, sendo incluído o Patrimônio Líquido.

9.3.2.4. O Patrimônio Líquido será composto pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, basicamente essa diferença será igual a somatória do grupo Resultados Acumuladas, ficando assim demonstrado:

$$PL = A - P$$

$$PL = 2.751.803,72 - 2.418.818,05 = 332.985,67$$

9.3.2.5. O resultado nos apresenta uma situação favorável, já que o valor do ativo é superior ao passivo, demonstrando um patrimônio líquido considerável.

9.3.3. Demonstração das Variações Patrimoniais

9.3.3.1. As variações ativas R\$8.733.995,10 são superiores as variações passivas R\$8.643.493,64, indicando um superávit patrimonial do período de R\$90.501,46, fls.12/13 (arq. Relatoriodecontas-28).



9.4. LIMITES CONSTITUCIONAIS LEGAIS

9.4.1 Despesas com Pessoal

9.4.1.1. Verifica-se através de dados extraídos do SICAP, que os gastos com pessoal total em relação à Receita Corrente Líquida foram de **53,83%**, sendo 50,26% para o Executivo e 3,57% para o Legislativo, constituindo o limite máximo para o Executivo 54% e Legislativo 6% de acordo com o art. 20, III da Lei Complementar 101/2000, estando, portanto, de acordo ao que determina a legislação.

9.4.2 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

9.4.2.1. A Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional 53/2006 definem os meios de financiamentos para o desenvolvimento e manutenção do ensino. Dispõe o art. 212 da Constituição Federal que o Município deve aplicar, anualmente, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências.

9.4.2.2. Dos valores calculados pelo SICAP, fls. 96/100, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino em relação às receitas atingiram o percentual de **32,99%**, **cumprindo o limite constitucional exigido.**

9.4.3 Aplicações do FUNDEB

9.4.3.1. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a União definiu que uma proporção não inferior a 60% dos recursos seria para assegurar a Valorização do Magistério de cada ente da Federação e destinado ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. De acordo com os dados fornecidos pelo SICAP, foram aplicados 79,65%, com remuneração do magistério, **atendendo o limite mínimo de 60%**.

9.4.4 Aplicações nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

9.4.4.1. Os recursos aplicados em ações de saúde foram de 25,04% superaram o limite mínimo de 15%, restando atendidas as disposições da Emenda Constitucional nº 29/2000 c/c ao art. 77 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

9.4.5. Repasse ao Poder Legislativo

9.4.5.1. O artigo 29-A da Constituição Federal dispõe que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os limites que variam de 7% a 5%, a depender da população do município, do somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA**

9.4.5.2. O repasse realizado ao Legislativo em relação a receita do exercício anterior de R\$6.046.427,41 foi de 6,97%, ou em valores monetários de R\$421.580,36, **em conformidade com o dispositivo constitucional.**

9.4.6. Outros atos de gestão

9.4.6.1. No que se refere aos outros aspectos da legalidade e legitimidade dos atos e fatos, nossa análise foi restrita aos documentos acostados, ficando a cargo das auditorias ordinárias e extraordinárias realizadas no município, verificarem a regularidade de tais atos administrativos.

10. IRREGULARIDADES ENCONTRADAS E NÃO ELIDIDAS

Item 4.2 – Verifica-se uma divergência entre os valores constantes no Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e no Demonstrativo da Dívida flutuante.

Item 4.2 – O percentual do valor arrecadado em função do valor estimado foi de 60,85%, estando assim abaixo dos 65% IN 02/2003.

Item 8.1.1.1 - O Município evidencia saldo na conta “Créditos por Danos ao Patrimônio”, indicando se tratar de valores realizáveis provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas ou processos judiciais e outros. Deste modo, tendo em vista o disposto na IN/TCE nº 14/2003, devem ser apresentadas as medidas de cobrança e/ou regularização por parte da administração.

Item 8.1.5 – O Município apresentou saldos na contabilidade, no valor de R\$ 7.200,00. Entretanto, as informações oriundas do Tribunal de Justiça indicam o saldo de R\$ 0,00 evidenciando não consonância dos valores.

11. CONCLUSÕES

11.1. Com base nos autos, nos diversos demonstrativos contábeis e no relatório apresentado pela 6ª DICE/TCE, realizamos análise pormenorizada, ponto a ponto, e assim, emito parecer conclusivo de que as pendências acima descritas devem ser analisadas nas contas de ordenador e estas **não inviabilizam** a aprovação das contas consolidadas, atos de gestão, uma vez que a administração **cumpriu todos os limites legais e constitucionais.**

11.2. ASSIM, por todo o exposto, manifesto no sentido de que, s.m.j., pode o Egrégio Tribunal de Contas emitir parecer prévio pela **APROVAÇÃO** das contas consolidadas do município de Conceição do Tocantins, exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Paulo Sergio Torres Fernandes**, nos termos dos arts. 10, inciso III,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA**

§ 1º e 103 da Lei nº 1.284 de 17 de dezembro de 2001³ c/c artigo 28 e 32 do Regimento Interno⁴, com a recomendação de que o Executivo observe os apontamentos acima, no sentido de não permanecerem nas próximas contas.

É o Parecer S.M.J.

GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, Capital do Estado, aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016.

FERNANDO CÉSAR BENEVENUTO MALAFAIA
Conselheiro Substituto

³ **Art. 10.** O Tribunal, ao apreciar os processos, decidirá:

III – no caso de parecer prévio, pela aprovação ou rejeição das contas anuais;

§ 1º O parecer prévio emitido sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 103. O parecer prévio a que se refere o art. 1º, inciso I desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas.

⁴ **Art. 28** - O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública Municipal, concluindo pela aprovação ou não das contas.

Art. 32 - O projeto de parecer prévio das contas municipais fará remissão à análise geral e fundamentada do relatório técnico, com as ressalvas e recomendações do Relator, se existentes, devendo concluir pela aprovação ou rejeição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

FERNANDO CESAR BENEVENUTO MALAFAIA

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matrícula: 238414

Código de Autenticação: fb219f350cc35294f2b6c9caa544ed28 - 25/02/2016 13:46:18